

Parte 2 - Estado, políticas públicas e relações de poder
**Capítulo 5 - Políticas públicas para o financiamento do
agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com
ênfase no caso de Mato Grosso**

Sergio Pereira Leite
Valdemar J. Wesz Junior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LEITE, S.P., and WESZ JUNIOR, V.J. Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso de Mato Grosso. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 104-124. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0006>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE 2
**Estado, políticas públicas
e relações de poder**

Capítulo 5

Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso de Mato Grosso¹



SERGIO PEREIRA LEITE
VALDEMAR J. WESZ JUNIOR

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o setor agroalimentar apresentou um desempenho bastante positivo em termos de produção, produtividade, volume de exportação e peso na balança comercial. Para os atores do “agronegócio”² brasileiro (produtores, empresas, entidades de representação, etc.), corroborados por alguns estudiosos, esse resultado se deve ao intenso processo de desenvolvimento técnico-científico em que o modelo produtivo está inserido. Para eles, esse desempenho “bem-sucedido” se atribui, quase que exclusivamente, à iniciativa privada e ao empreendedorismo dos agentes

¹ Esse texto é uma versão modificada de artigo anteriormente publicado pelos autores na Revista Pós Ciências Sociais, no. 22, ago./dez., 2014.

² O uso do termo “agronegócio” no Brasil envolve uma série de ambiguidades e imprecisões. Para uma discussão mais aprofundada sobre o surgimento desse termo e a sua utilização no contexto nacional, consultar Heredia, Palmeira e Leite (2010), Bühler e Oliveira (2012) e Lerrer (2013). De qualquer forma, e acompanhando Heredia et al. (2010), ao tratarmos dos processos relacionados ao “agronegócio”, é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades aí inscritas, seja, igualmente, para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas. Em boa medida, a permanência dessas últimas tem sido apontada como “obstáculo”, “atraso” ou, ainda, como experiências “obsoletas” em um meio rural cada vez mais industrializado. Isso implica, entre outras coisas, em questionar a capacidade da “noção” de agronegócio em tornar-se a chave explicativa das mudanças agrárias em curso.

envolvidos, onde o Estado tem sido ausente – ou ineficiente para aqueles que acreditam que a sua única função seria proporcionar logística de escoamento para a produção.

Ao contrário do que a leitura corrente afirma, Heredia et al. (2010) argumentam que as mudanças operadas na agricultura a partir do fim dos anos de 1980 e durante todo o período seguinte não foram exclusivas da iniciativa privada. Para os autores, não se pode falar em “agronegócio” sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizaram sua origem como também sua expansão. Atualmente, um conjunto de instrumentos influencia a dinâmica do “agronegócio”, tais como a política econômica, de ordenamento territorial, trabalhista, ambiental, de crédito, infraestrutura, etc. Além disso, é incontável o papel que a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) teve na incorporação do Cerrado ao sistema produtivo nacional por meio do desenvolvimento de tecnologias para o melhoramento da fertilidade do solo e de adaptação dos recursos genéticos às características da região.

No âmbito setorial, não restam dúvidas sobre a importância e a pertinência do crédito rural nas transformações da agropecuária brasileira. Para Delgado (2012), esse instrumento foi um dos elementos determinantes da modernização da agricultura na ditadura militar, bem como a principal via de fomento da política agrícola do *boom* exportador de *commodities* e da reestruturação da “economia do agronegócio” a partir dos anos 2000. Na área do financiamento rural, o Brasil conta com vários instrumentos, entre os quais destacam-se: o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).³ O SNCR, criado em 1965, foi fundamental para a transformação da base técnica da produção rural e para a constituição dos denominados complexos agroindustriais (Delgado, 2012; Leite, 2001). Já o Pronaf, implementado em 1995, fornece recursos especificamente para a agricultura familiar,⁴ com condições creditícias diferenciadas e mais próximas às particularidades da categoria social (Grisa,

³ A maior parte das informações sobre as transações operadas no Pronaf (número de contratos, valores, beneficiários, etc.) está incluída nas estatísticas do SNCR, sistematizadas pelo Banco Central e disponibilizadas por meio dos Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

⁴ Para que os produtores sejam enquadrados como “agricultores familiares” e, assim, acessar o Pronaf, eles precisam atender, simultaneamente, aos requisitos definidos pela Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006: i) não deter área maior do que quatro módulos fiscais (módulo fiscal é uma unidade que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais serem consideradas economicamente viáveis, que varia entre 5 e 100 hectares no Brasil, conforme a região); ii) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; iii) ter um percentual mínimo da renda familiar originada no seu estabelecimento agropecuário; iv) gerir a unidade de produção com sua família.

2012). Ambos, SNCR e Pronaf, são as principais políticas agrícolas em termos de recursos financeiros aplicados na agricultura brasileira.

Para problematizar o discurso da ausência do Estado na agricultura, este capítulo tem como objetivo a análise do desempenho da política de financiamento no meio rural, com destaque ao SNCR, enfatizando o caso do cultivo da soja em Mato Grosso. A escolha de Mato Grosso vincula-se, por um lado, ao fato de ser o principal estado produtor de soja, algodão, bovino e milho de segunda safra do Brasil; e, por outro, porque é onde o discurso de que o setor depende quase que exclusivamente da iniciativa privada é predominante entre atores do “agronegócio”. O foco no cultivo da soja deve-se ao fato do grão ser a principal atividade econômica no estado, alcançando mais de 8 milhões de hectares plantados na safra 2013/14 e respondendo por 60% do valor das exportações (Conab, 2014; Secex, 2014). Além disso, é um produto característico do “agronegócio”, com 85% da produção sendo oriunda de estabelecimentos que detém área total acima de mil hectares, com destaque para aqueles com mais de cinco mil, que respondem por 41% da produção (IBGE, 2014).

Para tanto, utilizam-se dados secundários do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB) e do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foram incorporadas informações oriundas de pesquisas de campo em Mato Grosso, realizadas entre 2007 e 2013, sobretudo na região Sudeste (municípios de Primavera do Leste, Campo Verde e Rondonópolis) e ao longo da BR-163 (municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop). Nessas pesquisas foram registrados cerca de 60 depoimentos e entrevistas com um conjunto amplo de atores, como produtores rurais, agroindústrias, usina de biodiesel, revendas de insumos, *tradings*, sementeiras, serviços terceirizados, poder público, bancos, assistência técnica e organizações sindicais, associativas e cooperativas. Além do tema dos recursos públicos e empréstimos privados para produção agrícola, o trabalho de campo abordou o contexto histórico das áreas, estrutura fundiária e mercado de terras, estratégias empresariais, padrão produtivo do setor agropecuário, relações de trabalho, organização social e política, etc.⁵

⁵ O presente capítulo beneficia-se dos resultados de três pesquisas nas quais os autores estiveram envolvidos. A primeira delas, intitulada “Sociedade e economia do agronegócio: um estudo exploratório”, foi coordenada por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, financiada com recursos da Fundação Ford, Faperj e CNPq; a segunda vincula-se a projeto em curso coordenado por Sergio Pereira Leite, denominado “Mudanças sociais, políticas públicas e agronegócio”, financiado pela Faperj e pelo CNPq. Finalmente, o trabalho vale-se também da pesquisa para a tese de doutorado de Valdemar J. Wesz Junior junto ao CPDA/UFRRJ (cf. Wesz Jr., 2014).

1. O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL (SNCR) NO BRASIL

Este item analisa a presença e a trajetória de políticas públicas nas atividades agropecuárias no Brasil, com destaque ao desempenho do SNCR, que exerce grande influência nos empréstimos para o meio rural. Além disso, apresenta-se a distribuição dos valores por região, volume dos empréstimos, atividades financiadas e fontes de recursos para identificar o principal público beneficiado por essa política.

1.1 A trajetória do SNCR no Brasil

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, foi o principal instrumento sobre o qual se apoiou a modernização da agricultura brasileira, cumprindo papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agropecuários, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro (Leite, 2001). Como pode ser visto na Figura 1, o volume de recursos aplicados no SNCR apresenta uma trajetória muito diferenciada ao longo dos anos. Até meados da década de 1980 é evidente a expansão dos valores aplicados, com a existência de taxas de juros reais negativas, garantindo generosos subsídios aos produtores rurais.

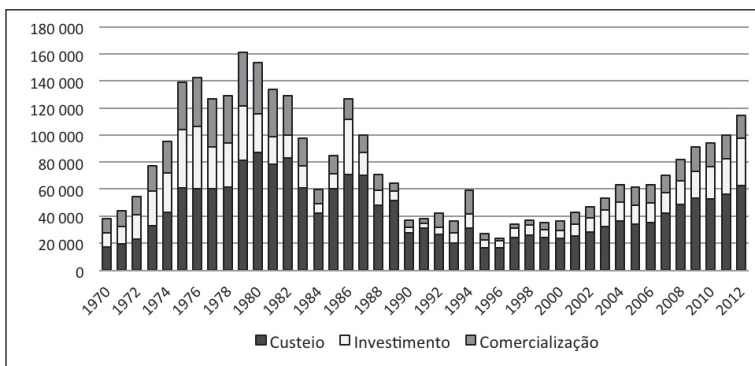


Figura 1 – Volume de recursos aplicados pelo SNCR por finalidade (1970 – 2012). Valores constantes em milhões de reais de 2012.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos) – Banco Central do Brasil.

De 1982 até 1994 (ano do lançamento do Plano Real) predominou uma forte variação no volume de recursos emprestados, com grande oscila-

ção nos valores entre os anos. Apesar dessa flutuação é notória a escassez de crédito em relação ao período anterior, o que redundou em um público beneficiário mais restrito, especialmente, os grandes produtores de *commodities*. Adicionalmente, foram impostas algumas restrições ao crédito, entre elas o aumento da taxa de juros e a adoção do limite de empréstimo para custeio (Ramos; Martha Jr., 2010).

Após a crise fiscal que marcou os anos 1980 e o declínio do volume emprestado, a retomada da estabilização macroeconômica com o advento do Plano Real, em meados da década de 1990, tornou possível um crescimento, praticamente ininterrupto, do crédito rural até o período atual. De 1996 até 2012 o volume de recursos aplicados cresceu de R\$ 23 bilhões para R\$ 114,7 bilhões (valores constantes de 2012), o que significa que o montante praticamente quintuplicou em menos de vinte anos (cf. Figura 1). Além do aumento da oferta de recursos, houve a criação de novas linhas de investimento e a redução da taxa de juros. Em relação aos juros, Delgado (2012, p. 105) ressalta que:

[...] quase todos os recursos aplicados em crédito rural gozam do benefício do juro menor para o público financiado (por exemplo, 6,75% em 2009 para uma taxa Selic do dobro), como também da subvenção do Tesouro creditada aos bancos, a título de equalização relativamente a taxa de juros Selic. Essas subvenções financeiras não são de pouca monta. Totalizaram entre 2000/2010 cerca de 86,6 bilhões de reais (a preços de 2010); ou cerca de 7,9 bilhões de reais anuais médios, a preços de 2010, distribuídos em subvenções de juros de crédito rural, subvenções da política de preços (PGPM) e subvenções para rolagem da dívida agrária.

O crescimento nos recursos aplicados também está relacionado com a criação do Pronaf em 1995, que integra o SNCR e visa fornecer crédito rural especificadamente para a agricultura familiar, com condições creditícias diferenciadas e mais próximas às especificidades dessa categoria social. Embora esse segmento da agricultura familiar não seja objeto do nosso trabalho, é importante mencionar que, além do fato das suas transações serem computadas nos registros gerais, o Pronaf foi a primeira política pública nacional institucionalizada com o objetivo de atender exclusivamente esses agricultores, sendo que sua participação no total do crédito via SNCR tem se mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos, respondendo por dois terços do número de contratos e por 15% do montante de recursos aplicados.

O crédito de custeio, especialmente aquele voltado ao setor agrícola (em contraposição à pecuária), predomina na oferta monetária geral – após a década de 1970, sua participação foi superior a 50% em todos os anos. A modalidade de comercialização chegou a ocupar a segunda colocação em alguns períodos

(entre 1977 e 1985; e na primeira metade da década de 1990), quando possuía uma afinidade eletiva com as unidades de beneficiamento e processamento, sobretudo cooperativas e agroindústrias. O crédito rural para investimento, por sua vez, foi muito expressivo em toda década de 1970, quando era amplamente usado para compra de máquinas e implementos agrícolas para viabilizar o padrão tecnológico da modernização da agricultura, perdendo espaço posteriormente com a crise econômica. De 1999 em diante os recursos para investimento ganharam novo fôlego, com os programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assumindo um papel central. Particularmente, destaca-se o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), que conta com longos prazos para pagamento dos financiamentos e taxas de juros fixas, equalizadas pelo Tesouro Nacional.

O peso que os recursos públicos federais assumem no conjunto das atividades agropecuárias pode ser visualizado na relação entre volume de crédito rural e valor do PIB Agropecuário. Como observa Belik (2014), na década de 1970, o montante aplicado pelo SNCR chegou a representar 65% do PIB setorial, percentual que ficou próximo dos 20 pontos ao longo dos anos 1990 e que, atualmente, aproxima-se de 50%. Apesar dessas oscilações ao longo de quatro décadas, esses dados indicam a forte participação dos recursos públicos na geração de valor do setor agropecuário, na medida em que boa parte do montante operado pelo SNCR está lastreado em recursos administrados por bancos públicos e que alguns programas de financiamento rural, incluindo aqueles administrados pelo BNDES, não estão integralmente registrados na base do Sistema.

1.2 Características do SNCR no Brasil e o público beneficiário no contexto recente

Apesar da evidente retomada da participação do Estado no financiamento das atividades agropecuárias, outras características do crédito rural precisam ser apresentadas para entendermos melhor o contexto e o perfil dos beneficiários dessa política. Nessa direção, a distribuição regional dos recursos emprestados pelo SNCR traz indicações importantes, visto que os estados do Sul e Sudeste concentraram mais de 70% dos valores nacionais (Figura 2). Note-se que a região Centro-Oeste havia aumentado seu peso entre 2001 e 2005, coincidindo com o *boom* dos preços da soja no mercado internacional, mas sua participação recuou significativamente entre 2006 e 2009 com a baixa do preço das *commodities* e com a crise financeira internacional. Entretanto, o

novo movimento de valorização dos produtos agropecuários nos últimos anos, junto com a renegociação das dívidas agrícolas,⁶ ampliou o volume aplicado no Centro-Oeste. Em relação ao Norte e Nordeste, os percentuais não apresentaram grandes alterações ao longo dos últimos 14 anos, mantendo-se perto dos 10%. Portanto, o crescimento no volume de recursos do SNCR no período recente, como visto na Figura 1, não foi suficiente para alterar a distribuição regional do crédito rural.

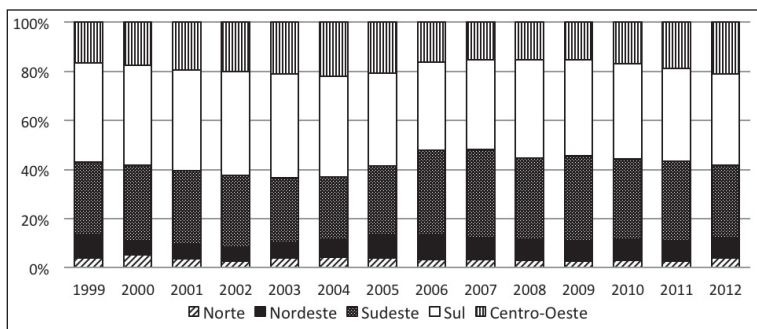


Figura 2 – Distribuição regional dos valores aplicados pelo SNCR (1999 – 2012).
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos) – Banco Central do Brasil.

Outro aspecto a ser ressaltado é a concentração dos recursos nos contratos de maior valor. Apesar da massiva participação dos menores contratos no número total de operações, que se deve fundamentalmente ao Pronaf, cerca de 50% dos valores emprestados encontram-se em contratos cujos valores superam R\$ 300 mil, como pode ser visto na Figura 3. É notável o movimento de concentração ocorrido a partir de 2005, quando esse último intervalo passou de 33% para 51% do montante global. Por outro lado, os contratos com menos de R\$ 60 mil respondiam por 43% dos recursos aplicados em 2003, mas perderam peso relativo, alcançando 20% em 2012.

⁶ Heredia et al. (2010) argumentam que a renegociação da dívida, entre 2002 e 2005, comprometeu cerca de R\$ 9 bilhões, subdivididos entre a dívida mobiliária propriamente dita, encargos dos diferentes programas e a remuneração dos bancos. Já o estoque (privado) da dívida tem sido estimado em um montante que varia de R\$ 80 bilhões a R\$ 131 bilhões, de acordo com a fonte consultada. Portanto, o gasto do governo com o setor patronal não deve ser compreendido apenas pelas despesas da função “agricultura” do MAPA (como é o caso do SNCR), devendo igualmente integrar os gastos com o carregamento da dívida. Em suma, deve-se levar em conta os dois “lados da moeda”, isto é, o gasto direto registrado nas rubricas de funções e subfunções de ambos os ministérios (MAPA e MDA), bem como as despesas com o custo do carregamento da dívida do setor agrícola e com as chamadas equalizações de preços e juros.

Já os estratos intermediários mantiveram seus percentuais relativamente estabilizados ao longo do período.

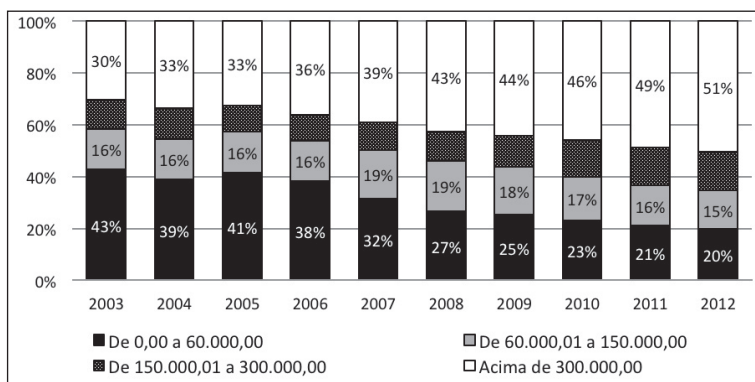


Figura 3 – Participação dos valores financiados pelo SNCR segundo valor do contrato em Reais (2003 – 2012).

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos) – Banco Central do Brasil.

Em relação aos produtos financiados pelo custeio agrícola, podemos observar que a soja é o principal cultivo apoiado pelo SNCR. Entretanto, o peso dessa oleaginosa não tem apresentado grandes variações ao longo dos anos, pois respondia por 35% dos recursos investidos nas lavouras entre 2001 e 2004, registrando um decréscimo importante em 2006 e 2007, mas recuperando o percentual anterior no período mais recente. Somando à soja os empréstimos ao milho e ao café, teremos computado cerca de 60% de todo o crédito destinado às lavouras, conforme pode ser visto na Figura 4. Alguns produtos, como a própria soja e a cana-de-açúcar, contam ainda com financiamentos oriundos do setor privado não regulados pelo SNCR (como empréstimos internacionais, adiantamentos proporcionados pelas *tradings*, Cédula do Produto Rural, etc.). Em alguns estados, como Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Goiás, o peso da soja sobre o total de recurso do custeio com lavouras é muito expressivo, absorvendo entre 60% e 70% em 2012. Portanto, resta menos de 40% para os demais produtos agrícolas. Nos últimos anos, o peso da soja também cresceu nos estados que expandiram a sua fronteira agrícola, como em Rondônia, Maranhão, Bahia e Pará.

É necessário fazer menção à mudança das fontes que lastreiam o SNCR. Como demonstra a Figura 5, há uma crescente participação dos recursos obrigatórios – exigibilidades bancárias – na base total do financiamento da política. Com o aumento da participação dos recursos obrigatórios — visto

que esses consistem em uma alíquota dos depósitos à vista dos bancos — e a diminuição das taxas de juros cobradas nos empréstimos agrícolas, o peso dos bancos privados na oferta dos recursos do SNCR foi igualmente incrementado (por exemplo, de 59%, no início do governo Lula, em 2003, para 69%, em 2009), especialmente na modalidade custeio. Isso não significa, no entanto, que tais bancos operem de fato o empréstimo, visto que muitos preferem não realizar esse tipo de operação. Nesses casos, os recursos são recolhidos junto ao Banco Central e destinados ao setor rural. Por outro lado, a maior participação dos bancos privados pode ter favorecido uma oferta mais “seletiva” dos recursos, concentrando as operações em determinados estratos de produtores, regiões e produtos.

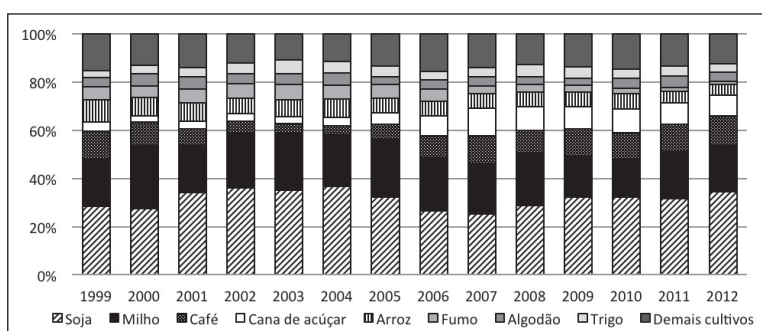


Figura 4 – Participação das lavouras no montante de recursos aplicados pelo SNCR-Custeio Agrícola no Brasil (1999-2012).

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos) – Banco Central do Brasil.

Os recursos do Tesouro (leia-se Orçamento Geral da União – OGU), que financiaram essa política até meados dos anos 1980, chegando a deter quase 80% do total das fontes existentes, não voltaram a ter expressão depois da crise fiscal do Estado (Leite, 2001). Isso não quer dizer, no entanto, que eles já não sejam importantes. As Operações Oficiais de Crédito (OOC) ainda permanecem estratégicas para as operações de equalização, eliminando o risco do devedor para os bancos intermediadores, e para a renegociação do endividamento do setor.

É notório, portanto, o aumento recorrente dos recursos disponibilizados para o SNCR. O que, de certa forma, embaçou a criação dos novos títulos privados de financiamento agropecuário em dezembro de 2004 (CDCA, CDA/WA, CRA e LCA) pela Lei 11.076. Lançados em um contexto de retração do setor, em função da queda dos preços internacionais das principais *commodi-*

ties, a procura pelos papéis ficou abaixo das expectativas, apesar dos R\$ 3,424 bilhões movimentados até dezembro de 2006 com a emissão dos títulos. Salvo o desempenho de 2006 do CDA/WA, os demais apresentaram um comportamento mais tímido, particularmente as Letras de Crédito do Agronegócio e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio, título que praticamente não registrou operação. No período mais recente, o CDA/WA chegou a atingir 2 mil registros, em 2009, mas foi superado agora, pela ascensão das LCAs, que alcançaram 10 mil registros, movimentando algo em torno de R\$ 45 milhões no mesmo período (Oliveira, 2007; 2010).

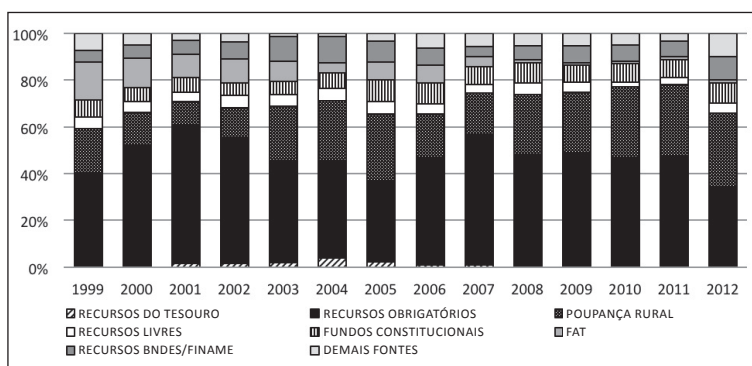


Figura 5 – Composição das fontes de recursos do SNCR (1999 – 2012).

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos) – Banco Central do Brasil.

O que se observa, nos últimos cinco anos (2008/2012) do SNCR, é a relativa manutenção no número de contratos (aumento de 8,7%), enquanto que o montante de recursos aplicados registrou um crescimento de 40,2% (com base em valores constantes), elevando a média de valor dos contratos de R\$ 33.600 para R\$ 43.500. No mesmo período não houve mudança na distribuição regional dos recursos e nos produtos financiados pelo custeio agrícola, mas ocorreu uma maior concentração do crédito nos contratos acima de R\$ 300 mil. Isso indica que o crescimento do crédito rural nos últimos anos realizou-se sem grandes transformações no número de produtores beneficiados e sem descentralizar os recursos para outras regiões e cultivos agrícolas. Essa configuração sugere que o movimento de ampliação dos recursos está ocorrendo sobre o mesmo perfil de produtores rurais: mais capitalizados, que conseguem oferecer garantias reais aos contratos mais elevados; localizados no centro-sul do país e produtores de *commodities*, sobretudo soja, milho, café e cana-de-açúcar.

Em suma, os contornos mais recentes do SNCR indicam uma ampliação no volume de recursos, bem como sua maior participação no PIB Agropecuário, beneficiando um público que foi, historicamente, favorecido pelo crédito rural oficial no Brasil, denominado pela literatura recente de “agronegócio”. Nesse sentido, são produtores e atividades que se favorecem das políticas públicas setoriais, com destaque aos empréstimos, que são ofertados com taxas de juros abaixo daquelas praticadas pelo mercado.

Para aprofundar essa discussão em uma escala de análise mais restrita e para compreender a complexa teia de relações entre crédito público e empréstimo privado, o próximo item concentra-se no financiamento dos produtores de soja em Mato Grosso.

2. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO

Os recursos aplicados em financiamentos agropecuários pelo SNCR em Mato Grosso cresceram de forma expressiva nos últimos anos, passando de R\$ 1,9 bilhão no ano de 1999 para R\$ 8,8 bilhões em 2012 (a preços de 2012) – ainda que tenha ocorrido uma redução de 2004 a 2006 devido à crise no setor agrícola nesse período, caracterizada pela queda nos preços das *commodities*, proliferação da ferrugem asiática,⁷ variabilidade climática, aumento do custo de produção, defasagem cambial, endividamento dos produtores e tensões ambientais. Moreira (2012) faz uma análise da distribuição espacial do crédito agropecuário em Mato Grosso por modalidade em 2010 e aponta que a maior concentração de recursos se encontra no bioma Cerrado, principalmente nas três principais regiões produtoras de soja (Sudeste, entorno da BR-163 e Parecis). Nessas áreas destaca-se a modalidade agrícola, nas linhas custeio e investimento. O crédito destinado à pecuária, além de ser inferior, é predominante nas regiões Sul (Pantanal) e Norte (Amazônia).

O Anuário Estatístico do Crédito Rural também permite ver no âmbito estadual os cultivos beneficiados pelo custeio agrícola. Em Mato Grosso, a soja responde, nos últimos anos, por dois terços do valor financiado e dos contratos, seguida pelo milho e pelo algodão. Os recursos para custeio das lavouras de soja cresceram significativamente entre 1999 e 2012, passando de R\$ 577 milhões para R\$ 2 bilhões (a preços de 2012), apesar da queda em 2005 e 2006 (Figura 6). É importante destacar que Mato Grosso absor-

⁷ A ferrugem asiática (*Phakopsora sp*) é uma doença que atinge a soja, provocando a desfolha precoce da planta e a queda na produtividade.

ve uma importante parcela do custeio nacional direcionado à soja, que em 2012 atingiu 20%.

Já os contratos registraram seu auge entre 2003 e 2005, com um número acima de seis mil, enquanto que nos anos seguintes houve uma redução para menos de quatro mil (Figura 6). Os recursos ampliaram-se significativamente nos anos recentes e os contratos apresentaram uma maior estabilidade. Essa conformação fez com que os valores médios dos contratos de custeio de soja crescessem de modo muito expressivo, passando de R\$ 175 mil em 2000 para R\$ 390 mil em 2012, o que indica que um menor número de produtores tem acessado maiores volumes de recursos para o plantio do grão. É importante destacar que se trata de uma média muito elevada, principalmente quando comparada aos valores nacionais – exceto Mato Grosso –, que chegam a R\$ 62,6 mil em 2012 para o mesmo cultivo. Portanto, um contrato de custeio de soja de um produtor mato-grossense é seis vezes maior que a média encontrada no restante do país.

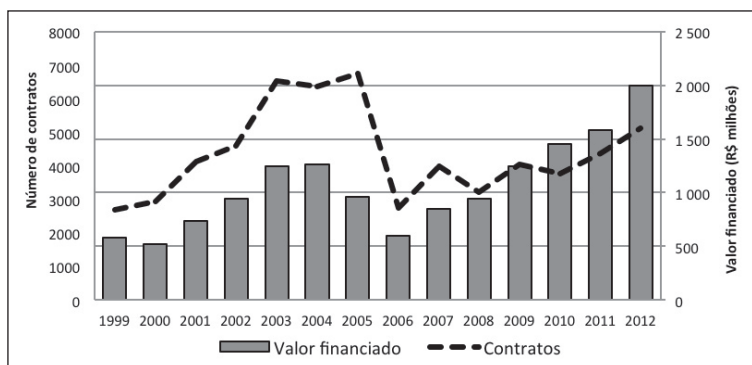


Figura 6 – Montante de recursos aplicados (valores constantes em milhões de reais de 2012) e número de contratos para custeio das lavouras de soja via SNCR em Mato Grosso (1999-2012)

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (vários anos) – Banco Central do Brasil.

Apesar do crescente volume de recursos utilizados para o custeio da soja por meio do crédito rural público, os microdados do último Censo Agropecuário apontam para um importante elemento: apenas a metade dos sojicultores mato-grossenses acessou financiamento em 2006. E, desses, 54,5% afirmaram que foi por intermédio dos bancos e 50% das empresas privadas (IBGE, 2014). Cruzando as informações é provável que o SNCR cubra em torno de 25% dos produtores de soja mato-grossense. É preciso estar atento

ao fato de que o ano do recenseamento coincide com a crise no setor agrícola no estado, o que pode ter impactado os seus resultados.

A metade dos produtores afirmou, no Censo Agropecuário de 2006, que não acessa financiamento porque não precisa deste recurso, ainda que em alguns casos a elevada burocracia e a situação de inadimplência tenham sido indicadas como limitantes ao acesso. Inclusive, 55% dos sojicultores de Mato Grosso afirmaram ter dívidas em 2006, cuja principal origem estava vinculada aos agentes financeiros (85,6%). Isso justifica a queda observada no número de contratos do SNCR nesse período, não recuperada nos anos seguintes.

Segundo informações obtidas durante as pesquisas de campo, esse cenário de endividamento, inadimplência e renegociação das dívidas ampliou o acesso ao financiamento das empresas privadas, apesar delas já terem praticamente o mesmo peso que as fontes públicas em 2006 em Mato Grosso. A participação exata do crédito não oficial é difícil de ser mensurada e os estudos trazem diferentes percentuais, que variam de 50% a 90% (Bernardes, 2005; Bertrand; Cadier; Gasquès, 2005; Rodrigues et al., 2009; Fernández, 2009; Wesz Jr., 2011; Silva; Lapo, 2012). O fato é que todos concordam sobre a sua importância no cultivo da soja mato-grossense.

O principal mecanismo de financiamento privado é o sistema de troca, também chamado de “pacote”, que inclui a venda de insumos – semente, adubo, inseticida, fungicida, etc. – e a assistência técnica em troca de um valor correspondente de sacas de soja no momento da colheita. Na grande maioria dos casos não há uma transação em papel moeda, pois os fornecedores, distribuidores ou revendedores entregam seus produtos e o sojicultor realiza o pagamento equivalente em grão no fim da safra. Para reduzir o risco da transação, as vendas “congelam” a produção correspondente ao valor total via CPR⁸ (Cédula do Produto Rural) ou constroem outro documento jurídico que ofereça uma garantia caso não sejam cumpridas as obrigações. Nesse esquema, uma parte da soja é repassada diretamente à revenda, para pagar pelo “pacote” construído no início da safra. O que pôde ser constatado é que o sistema de troca assume grande abrangência por ser um financiamento rápido e flexível, como já havia sido destacado por Bertrand et al. (2005).

⁸ A Cédula de Produto Rural (CPR) é um tipo de contrato a termo, em que o produtor recebe antecipadamente um montante em dinheiro/produto correspondente à quantidade de produto comprometida para entrega futura. Ou seja, o produtor vende a termo sua produção, recebendo o valor da venda à vista, comprometendo-se a entregar o produto negociado na quantidade, qualidade, data e local estipulado. Por se tratar de um contrato a termo, destaca-se que a CPR também funciona como um instrumento de proteção de preços para o produtor. Dessa forma, ao utilizar a CPR, o produtor realiza um *hedging* de venda, já que, quando emitido o título, o preço é travado, estando o produtor assim protegido contra movimentos de baixa (Silva; Lapo, 2012).

Outro instrumento de financiamento privado é a obtenção de crédito junto às *tradings*, agroindústrias e exportadores de grão, sendo consensual a importância de ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Amaggi na oferta de recursos (Wesz Jr., 2011). Ainda que o sistema público ofereça juros mais baixos e com maior prazo de pagamento (maio/junho pelo SNCR, enquanto para as *tradings* é fevereiro/março), muitos sojicultores recorrem ao financiamento privado devido à sua situação de inadimplência no sistema público. Além disso, existem algumas facilidades no momento de obter crédito junto às empresas, como: menor exigência de garantia (“até US\$ 200 mil a *trading* precisa só do CPF e de um aval. Somente acima disso é que precisa de garantia real. Já o banco pede nos valores menores garantia real” – Agroindústria, 2012); taxa de juros mais baixa (“a política de financiamento dessas multinacionais tem juro mais barato que o juro presente nos bancos privados e em algumas cooperativas de crédito” – Produtor, 2012); recursos disponibilizados com maior agilidade (“nas empresas tu dá entrada no financiamento e logo chega o dinheiro pra ti. No banco, tu nunca sabe quanto tempo leva” – Produtor, 2013); maior disponibilidade de recursos (“teve um ano que a Bunge [de Campo Verde] financiou quase US\$ 40 milhões no ano, isso com o câmbio de três por um deu mais de 100 milhões de reais. A carteira agrícola do Banco do Brasil de Campo Verde é de R\$ 8 milhões, então quer dizer que só uma empresa multinacional dá dez vezes mais dinheiro que o Banco do Brasil. Só a Bunge, mas ainda tem ADM, Cargill e as outras” – Agroindústria, 2012).

Além dessas motivações descritas, alguns produtores acessam anualmente os financiamentos das multinacionais para manter sua carta de crédito, pois caso não utilizem os valores em um ano, na próxima safra, esse recurso pode estar inacessível ou sujeito a disponibilidade financeira da empresa. E dada as facilidades destacadas acima, os sojicultores acabam aproveitando os recursos para fazer novos investimentos.

Por exemplo, o Iraí [Grupo Bom Futuro] tem uma carta de crédito muito grande na Cargill, que chega a uns R\$ 50 milhões. Se ele deixa de pegar esse dinheiro um ano, ano que vem a gente não faz provisão para ele. Aí, se ele vem para pegar esse dinheiro, temos que dizer: calma aí, vamos ver se tem. Então ele prefere pegar esse dinheiro que é um juro barato e comprar mais uma fazenda, faz mais um armazém, ele gira esse dinheiro, mas não tem necessidade, não precisa. Ele comprou 100 mil toneladas de super simples seis meses atrás e pagou a vista, na bucha, com o dinheiro dele, e foi uns R\$ 40 milhões (Agroindústria, 2012).

Em suma, pode-se dizer que os produtores buscam recursos fora do sistema público de crédito rural por várias razões: burocracia inferior àquela

encontrada nas instituições estatais; menores exigências de documentação e de garantias; rapidez na liberalização dos recursos; maior disponibilidade de crédito; renovação quase que automática após o pagamento; possibilidade de acesso aos financiamentos mesmo estando inadimplente no sistema público, entre outros fatores.

Apesar dessas diferenças entre crédito público e privado, as pesquisas de campo em Mato Grosso evidenciam que os produtores rurais acessam recursos financeiros de múltiplas fontes (próprios, de programas públicos, de vendas, de agroindústrias, etc.), dependendo do seu nível econômico, da sua estratégia de investimento, da presença de garantias, da existência de dívidas, etc. No caso de alguns produtores mais capitalizados, o custeio da produção é feito com recursos próprios: “tenta-se fazer com as próprias pernas” (Produtor, 2012). Entretanto, são raros aqueles que conseguem produzir sem a presença de empréstimos externos ao estabelecimento, visto que as áreas de soja são extensas e o custo de produção é elevado. Mesmo quando o custeio é realizado com recursos próprios, os financiamentos para investimentos, por demandarem um maior volume de capital, são acessados via programas estatais em bancos públicos.

No caso dos grandes grupos, como Bom Futuro, Amaggi, Vanguarda, Pinesso e Itaquerê (que possuem mais de 100 mil hectares de terra), eles mobilizam recursos de diferentes origens para a produção agrícola propriamente dita e para as atividades correlatas, formando um mosaico de fontes e modalidades de financiamento. Para ficar no exemplo do Grupo Bom Futuro, ele concilia recursos próprios, compra a prazo no sistema de troca (adquire insumo e entrega um valor correspondente em produto) e acessa tanto o crédito oficial (para custeio e investimento) como o financiamento via *trading* (para custeio).

Os defensivos são comprados em empresas transnacionais com o prazo para pagar na safra. O adubo normalmente é comprado à vista com recurso próprio. Quando recebe o dinheiro da safra já compra adubo. O calcário, quando dá se financia. Como é um mix, é até difícil de saber da onde vem e pra onde vai o dinheiro. [...]. Caminhão hoje é tudo próprio porque tem as facilidades dos programas de governo, mas antes não tinha. Isso é de dois anos para cá (Grupo Bom Futuro, 2013).

Os produtores medianos, além de utilizarem recursos próprios, também conciliam fontes públicas e privadas de forma simultânea. Mesmo adquirindo os “pacotes”, os produtores procuram acessar os recursos de custeio via SNCR para cobrir outras despesas, como combustível, reparo de maquinário, mão de obra, etc. Com frequência são realizados financiamentos para investimento, cujo destino é a compra de máquinas (trator, plantadeira, pulverizador,

colheitadeira, etc.) ou a construção/melhoria de infraestrutura (silos, secadores, balança, etc.). Nesse caso, priorizam-se bancos que trabalham com programas públicos, uma vez que as condições do crédito são melhores (taxa de juros mais baixa, maior prazo de carência e de pagamento, etc.), apesar das exigências burocráticas serem elevadas, principalmente no que tange a necessidade de garantias.

No caso dos produtores inadimplentes, eles acabam recorrendo aos recursos próprios ou de parentes e amigos. Contudo, continuam fazendo o sistema de trocas com as revendas para a compra dos insumos – os mais capitalizados ainda podem obter financiamento com as *tradings* –, cuja garantia pauta-se em relações de confiança ou na presença de fiador, que normalmente é algum familiar. Ao contrário do que a leitura corrente afirma, o endividamento nem sempre é visto como uma atitude desonesta. Marques et al. (2009) e Almeida (2013) alertam que muitas vezes as firmas fazem negócio com sojicultores endividados a depender do objeto da dívida e do contexto. Se o débito decorre da desvalorização das sacas de soja face à valorização desenfreada dos insumos e equipamentos, não é imoral que muitos não paguem determinadas contas e isso não depõe contra a “seriedade” e a “honestidade” dos agricultores frente a empresa. Assim, muitos sojicultores continuam acessando recursos privados mesmo estando endividados e com o “nome sujo” no sistema público.

O que se percebe, a partir das pesquisas de campo, é que independentemente das características dos produtores, todos procuram obter recursos de diferentes origens para impulsionar seu padrão produtivo e sua forma de acessar o mercado. Para além de ampliar o volume de capital disponível, trata-se de uma estratégia para descentralizar o risco e não depender de uma única fonte. É importante apontar que cada modalidade é utilizada a partir de uma análise detalhada das suas condições de enquadramento, montante de recursos disponível, finalidade do crédito, taxa de juro, carência e prazo de pagamento, etc. Um produtor, entrevistado em 2013, relatou que tinha um limite para acessar recursos públicos e, por isso, optou por utilizá-lo na modalidade investimento em vez de custeio, pois a taxa de juros das fontes privadas para compra de máquinas é bastante superior àquelas do SNCR, enquanto que no custeio a disparidade não é tão evidente. Paralelamente, alguns sojicultores acionam integrantes da família para assumirem a titularidade dos empréstimos, ampliando assim o limite de recursos a ser adquirido na esfera pública.

Apesar desse interesse comum entre os sojicultores em diversificar a origem dos recursos, nem todos dispõem de garantias materiais ou morais, como os grandes grupos, para acessar simultaneamente uma variedade de opções de financiamento. Para tanto, precisam se adequar entre as opções disponíveis

em cada safra. Essa situação é mais crítica entre os produtores inadimplentes, que não tem como mobilizar, por exemplo, empréstimos públicos, ainda que diversifiquem as fontes privadas. Mas o inverso também acontece, quando vendem a soja e não quitam o financiamento com a empresa (o que geralmente limita as opções de recursos antecipados no setor privado – dado que esses atores intercambiam informações referentes aos “maus produtores”, cujo adjetivo é usado quando possuem dívidas, não cumprem prazos, não são leais a uma única firma, fazem investimentos desnecessários, etc.), mas ainda podem recorrer ao sistema público.

A análise da origem dos recursos para o cultivo da soja em Mato Grosso aponta que a iniciativa privada tem contribuído com importante parcela dos empréstimos para o setor. Entretanto, isso não significa a ausência de instrumentos governamentais, como tem aparecido em muitas narrativas. Como foi visto acima, as inversões de recursos públicos, via SNCR, foram crescentes nos últimos anos – isso sem considerar outros instrumentos, como preços mínimos, renegociação da dívida, política econômica, etc. O que ocorre, na base local, é a mobilização de empréstimos de diferentes origens, conciliando, quando possível, fontes públicas e privadas para aproveitar as vantagens que cada uma oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a forma de intervenção do Estado junto ao setor rural tenha se alterado ao longo do tempo (por exemplo, da política de crédito rural, dos anos 1970, à renegociação de dívidas no final dos anos 1990 e início de 2000), um exame mais cuidadoso da atuação governamental é importante para a identificação das bases que subsidiam a expansão das atividades, bem como aliviam os constrangimentos encontrados nessa trajetória. Trajetória essa que qualifica o que aqui denominamos “sociedade do agronegócio” e suas implicações nas configurações sociais e regionais, que efetivamente caracterizam o processo real de transformação operada nas chamadas novas “fronteiras agrícolas”, para o qual concorrem as políticas públicas ali implementadas (Heredia et al., 2010).

Particularmente, pelos argumentos expostos neste capítulo, é evidente, especialmente na última década, a presença do Estado no apoio e fomento das atividades produtivas agrícolas capitaneadas por *commodities*, como a soja, por exemplo, mas também ao segmento agroindustrial da cadeia, que não foi objeto desse texto (Wesz Jr., 2011). Isso pode ser melhor observado por meio da política de financiamento rural e agroindustrial, onde esse segmento vem

obtendo um crescente aporte de recursos públicos, na sua maior parte intermediados pelas agências financeiras do setor governamental (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, etc.).

Assim, é preciso relativizar o discurso, muito forte entre os representantes (empresários e produtores) do setor, de que a expansão dessa atividade deu-se única e exclusivamente por iniciativa privada, o que nos remete a pensar as distintas formas assumidas pela intervenção governamental, em especial, aquela do financiamento, dimensão privilegiada nesse trabalho.

Com base nas evidências aqui apresentadas, a política de crédito rural brasileiro manteve um perfil de forte concentração no acesso aos recursos públicos, seja em termos de número de estabelecimentos que se beneficiaram dos programas, seja em termos geográficos (com a expressiva participação das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste), seja em termos de produtos (soja à frente) ou valor médio dos contratos. É importante destacar que, mesmo nas áreas de forte e reconhecida expansão do “agronegócio”, como é o caso do estado de Mato Grosso apresentado nesse capítulo, a contribuição do setor público ainda mostra-se relevante nas estratégias de expansão do setor, embora o financiamento das grandes propriedades mescle fontes governamentais e privadas. Com a crise financeira internacional do final da década passada, é provável que as *tradings* do setor de processamento da soja tenham diminuído sua participação em recursos antecipados aos agricultores e venham buscando, elas próprias, empréstimos junto aos bancos públicos, particularmente o BNDES, para expansão das suas unidades industriais.

De forma geral, tomando o contexto brasileiro como um todo para o período mais recente (2008/2012), o crédito rural operado pelo SNCR, praticamente manteve o número total de contratos (incremento de 8,7%), mas registrou um elevadíssimo aumento dos recursos emprestados (crescimento de 40,2%), refletindo diretamente no crescimento dos valores médios praticados pelos empréstimos, concentrando ainda mais o grupo de agricultores que acessaram a política nesse período, isto é, aqueles mais capitalizados, com propriedades localizadas no centro-sul do país e cultivando soja, milho, café e cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte matogrossense*. Rio de Janeiro: 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Eds.) *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

BCB – Banco Central do Brasil. *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htmls/CreditoRural/2012>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BERNARDES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. de L. (Orgs.) *Geografia da soja BR-163: fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

BERTRAND, J. P.; CADIER, C.; GASQUÈS, J. G. O crédito: fator essencial à expansão da soja em Mato Grosso. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 109-123, 2005.

BUHLER, E. A.; OLIVEIRA, V. L. *Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural*. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012, Uberlândia. CD-R. Uberlândia: UFO/LAGEA, 2012. 21 p.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Série Histórica de Produção*. 2014. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acessado em: jun. 2014.

DELGADO, G. d. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERNÁNDEZ, A. J. C. *Sociedade e economia do agronegócio: estudo exploratório do estado de Mato Grosso*. Relatório de Pesquisa. Cuiabá, 2009.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HEREDIA, B. M. A.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do agronegócio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. *Censos Agropecuários*. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LEITE, S. P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (org). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

LERRER, D. F. *A trajetória de construção da consagração do termo 'agronegócio'*. In: VIII JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, CD-R, Buenos Aires: UBA, 2013. 29 p.

MARQUES, A. C. *Mato Grosso*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ford Foundation, 2009.

MOREIRA, M. C. *O crédito agropecuário como um elemento da questão agrária: análise do crédito agropecuário público no estado de Mato Grosso*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

OLIVEIRA, C. *Financiamento agrícola no Brasil: uma análise dos novos títulos de captação de recursos privados*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa

de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, C.; CARVALHO G. R.; TRAVASSOS G. F. *Os títulos do agronegócio brasileiro: uma análise comparativa entre a percepção existente no seu lançamento e a situação atual*. In: 48º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2010, Campo Grande. Anais. Campo Grande: SOBER, 2010. Disponível em: <<http://sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=35>>. Acesso em: 28 de outubro de 2014.

RAMOS, S. Y.; MARTHA Jr., G. B. *Evolução da política de crédito rural brasileira*. Planautina/DF: Embrapa, 2010.

RODRIGUES, W.; SILVA, L. P.; ALMEIDA, A. de; MENEZES, J. E. Análise das estratégias de financiamento/comercialização dos produtores de soja da região de Santa Rosa do Tocantins. *Informe Gepec* (Impresso), Toledo, v. 14, p. 10-25, 2010.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. *Indicadores e Estatísticas de Comércio Exterior*. 2014. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secec/secec>>. Acesso em: jan. 2014.

SILVA, F. P.; LAPO, L. E. R. *Modelos de financiamento da cadeia de grãos no Brasil*. In: 2ª CONFERÊNCIA EM GESTÃO DE RISCO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMMODITIES, 2012, São Paulo. Anais, São Paulo: BM&F-BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/CGRCC/artigos.asp>>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

WEDEKIN, I. A política agrícola brasileira em perspectiva. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, Ano XIV, Edição Especial, p. 17-32, 2005.

WESZ JUNIOR, V. J. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

_____. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.